

MUNICÍPIO DA CAPITAL
DRECAP-2
11.ª Delegacia de Ensino Distrito de Itaquera
— a EEPG (Agrupada) do Jardim Cibelli
Distrito de Guaianazes
— a EEPG do Conjunto Habitacional Santa Etelvina.
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO
DRE 4-NORTE
Delegacia de Ensino de Caieiras
a EEPG (Agrupada) do Jardim Virgínia
MUNICÍPIO DE GUARAREMA
DRE 5-LESTE

Delegacia de Ensino de Mogi das Cruzes
— a EEPG (Agrupada) do Bairro Paratê
MUNICÍPIO DE OSASCO
DRE 7-OESTE
Delegacia de Ensino de Osasco
— a EEPG do Conjunto Residencial Morro do Farol.

Artigo 2.º — O Secretário da Educação autorizará a instalação das escolas de que trata o artigo anterior e fixará o número de classes de 1.ª a 4.ª séries.

Artigo 3.º — O Secretário da Educação designará o pessoal técnico e administrativo mínimo necessário ao funcionamento das unidades ora criadas, segundo os critérios estabelecidos pelo Decreto n.º 7.709, de 18 de março de 1976.

Artigo 4.º — Nos casos em que se fizer necessário o provimento de cargos e de preenchimento de funções-atividades, deverão ser obedecidas as normas constantes dos Decretos n.ºs 21.871 e 21.872, de 06 de janeiro de 1984.

Artigo 5.º — As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de agosto de 1984.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de setembro de 1984.
FRANCO MONTORO
Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação
Roberto Gusmão, Secretário do Governo
Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 11 de setembro de 1984.

DECRETO N.º 22.684, DE 11 DE SETEMBRO DE 1984

Altera a subordinação do Museu de Saúde Pública "Emílio Ribas"

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, e diante da exposição de motivos do Secretário da Saúde,

Decreta:

Artigo 1.º — O Museu de Saúde Pública "Emílio Ribas", de que trata o Decreto n.º 13.935, de 13 de setembro de 1979, passa a subordinar-se diretamente ao Diretor do Instituto de Saúde, da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados, da Secretaria da Saúde.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de setembro de 1984.
FRANCO MONTORO
João Yunes, Secretário da Saúde
Roberto Gusmão, Secretário do Governo
Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 11 de setembro de 1984.

DECRETO N.º 22.676, DE 10 DE SETEMBRO DE 1984

Altera a denominação dos cargos autárquicos de Guarda Rodoviário do Quadro do Departamento de Estradas de Rodagem e dá providências correlatas

Retificação

Artigo 8.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, onde se lê: aplicação, leia-se: publicação.

Saúde

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR — CAH

Telefones:
255-2131 — 255-2203 — 255-2274 — 255-2396
255-2459 — 255-2592 — 255-2722 — 255-2912

	Andar	Telefone
Coordenador (Gabinete)	7.º	255-3512 256-1149
Departamento de Administração		
Diretoria	6.º	255-9925
Assistentes	6.º	255-6112
Divisão de Serviços Gerais	1.º	258-5553
Divisão de Material e Patrimônio	2.º	255-3285
Divisão de Pessoal	3.º	255-6253
Divisão de Finanças	4.º	257-5895
Divisão de Fiscalização	5.º	255-2162
Divisão de Estudos e Orientação Técnica	8.º	256-3854
Departamento de Técnica Hospitalar		
Diretoria	6.º	256-6231
Assistentes	6.º	255-4395
Departamento de Hospitais Gerais e Especiais	7.º	257-4060
Departamento de Hospitais de Dermatologia Sanitária	7.º	231-5664

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria do Governo

Secretário
Roberto Herbster Gusmão

DIRETRIZES DO GOVERNO MONTORO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS FAVELAS E CORTIÇOS

O Governo de São Paulo em prosseguimento às medidas destinadas ao atendimento prioritário das necessidades básicas da população, e considerando:

1 — A importância dos serviços de eletricidade junto às favelas, pelos benefícios relacionados às condições de higiene, economia doméstica, acesso à informação, lazer, segurança, identificação domiciliar e outros.

2 — As notórias dificuldades da população das favelas que, por sua baixa renda, não pode arcar com custo de energia, aos níveis de tarifas normais vigentes, mesmo para o uso de quantidades estritamente necessárias.

3 — A necessidade de um sistema de tarifas, que garanta à população de menor renda o acesso às condições básicas de utilização da energia elétrica.

4 — A injustiça do atual critério de fornecimento de energia elétrica às habitações coletivas-cortiços, feito através de um único "ponto de entrega", não contemplando, para cada unidade familiar, os descontos proporcionais existentes na atual estrutura tarifária.

Recomenda à ELETROPAULO — Eletricidade de São Paulo S.A. que:

1 — Adote, em caráter de emergência, um único critério de faturamento às populações faveladas, com a cobrança de taxa mínima de 50 kWh/mês, eliminando o duplo critério hoje existente.

2 — Desenvolva estudos de tarifa de caráter social para população de baixa renda, a serem propostos ao órgão federal competente, responsável pela política tarifária nacional.

3 — Acelere o Programa Pró-Luz de atendimento às favelas adotando o mesmo critério de taxa mínima de 50 kWh ao mês nas novas ligações.

4 — Implante o critério especial de cobrança a cortiços, em conformidade com a autorização obtida junto ao órgão federal competente, garantindo os descontos tarifários para cada família e/ou cômodos existentes.

São Paulo, 6 de setembro de 1984.

FRANCO MONTORO
Despachos do Governador

De 10-9-84

No processo IAMSPE-10.869-84-SENA, sobre abertura de processo seletivo para diversas funções-atividades: "Diante dos elementos de instrução do processo, salientando-se o pronunciamento da Secretaria da Administração e à vista da manifestação da Secretaria de Economia e Planejamento, autorizo o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual — IAMSPE, a efetuar, no regime jurídico da C.L.T., o preenchimento das seguintes funções-atividades: 40 de Médico-Nível 1, 5 de Auxiliar de Enfermagem, 15 de Atendente de Enfermagem, 10 de Oficial de Administração e 5 de Recepcionista, mediante abertura de processo seletivo; 10 de Oficial de Administração e 5 de Recepcionista, mediante abertura de processo seletivo especial para transposição; 5 de Contínuo-Porteiro e 10 de Servente, mediante aproveitamento de candidatos aprovados remanescentes de processo seletivo realizado por Secretaria de Estado com prazo de validade ainda vigente."

(Repubilado por ter saído incorreto.)

De 11-9-84

No processo SSP-12.250/83 c/ ap. PGE-87.033-84-SJ, em que Carlos Roberto Silva, funcionário demitido disciplinarmente, solicita indenização em pecúnia de férias e licença-prêmio não gozadas: "À vista dos pareceres 118-84 e 1.189-84, da Assessoria Jurídica do Governo, indefiro o pedido do interessado, por não se enquadrar nos termos do Despacho Normativo de 28-12-79 (GG-351-79)."

Na aut. prov. 3-30.649-83-DAEE-SOMA, em que é interessada a Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, sobre convênio: "Diante do pronunciamento do Secretário de Obras e do Meio Ambiente e do parecer 1.175-84, da Assessoria Jurídica do Governo, autorizo, com fundamento no art. 34, XVI, da Constituição do Estado, a celebração de termo de aditamento ao convênio firmado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica — DAEE e a Rede Ferroviária Federal S/A. (Superintendência Regional de São Paulo — SR-4), objetivando a execução de serviços e obras de emergência da Variante Suzano — Rio Grande da Serra, observadas as normas legais e regulamentares."

No requerimento de 1.º-3-84, em que Silvio Orlandi solicita revalidação de sua nomeação: "Diante dos elementos de instrução do expediente e à vista da manifestação do Secretário da Fazenda, indefiro o pedido de revalidação do ato de nomeação formulado por Silvio Orlandi, por falta de amparo legal."

No processo SAA-204.456-84, sobre convênio: "À vista do pronunciamento do Secretário de Agricultura e Abastecimento e da manifestação da Assessoria Técnica do Governo, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo (Secretaria de Agricultura e Abastecimento) e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução dos Trabalhos de Combate e Erradicação da Febre Amarela neste Estado, obedecidas as normas legais e regulamentares atinentes à espécie, bem como os termos da mencionada manifestação."

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SG 179, de 11-9-84

Autoriza o afastamento de funcionários e servidores públicos estaduais para participação em certames

O Secretário do Governo, com fundamento no artigo 100, inciso I, alínea "a", do Decreto 21.984, de 2 de março de 1984, resolve:

Artigo 1.º — Fica autorizado, nos termos do artigo 69 da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968, o afastamento de Médicos, funcionários e servidores públicos estaduais, cujas atividades se vinculem estritamente aos objetivos dos convênios, para participarem do XIX Congresso Brasileiro de Alergia e Imunopatologia e do IV Congresso Luso-Brasileiro de Alergia e Imunologia, a serem realizados no período de 6 a 10 de outubro de 1984, em Olinda — Pernambuco.

Artigo 2.º — Para obtenção do benefício previsto no artigo anterior, deverão os interessados preencher as condições estabelecidas no artigo 3.º do Decreto 52.322, de 18 de novembro de 1969, a serem verificadas por seus superiores hierárquicos, observadas, ainda, as exigências contidas no artigo 5.º do referido decreto.

Artigo 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SG. 180, de 11-9-84

Autoriza o afastamento de funcionários e servidores públicos estaduais para participação em certame

O Secretário do Governo, com fundamento no artigo 100, inciso I, alínea "a", do Decreto 21.984, de 2 de março de 1984, resolve:

Artigo 1.º — Fica autorizado, nos termos do artigo 69 da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968, o afastamento de Médicos, funcionários e servidores públicos estaduais, cujas atividades se relacionem com o objetivo do convênio, para participarem do X Congresso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica, a ser realizado no período de 7 a 12 de outubro de 1984, em Salvador — Bahia.

Artigo 2.º — Para obtenção do benefício previsto no artigo anterior, deverão os interessados preencher as condições estabelecidas no artigo 3.º do Decreto 52.322, de 18 de novembro de 1969, a serem

verificadas por seus superiores hierárquicos, observadas, ainda, as exigências contidas no artigo 5.º do referido decreto.

Artigo 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SG-181, de 11-9-84

Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de "pro labore"

O Secretário do Governo, nos termos do artigo 99, inciso III, alínea "c", do Decreto 21.984, de 2 de março de 1984, resolve:

Artigo 1.º — Para efeito de atribuição do "pro labore" de que trata o artigo 28 da Lei 10.168, de 10 de julho de 1968, fica classificada, no período de 1.º de março a 14 de agosto de 1982, 1 função de serviço público de Chefe de Seção (Administração Geral), referência 11, da Escala de Vencimentos 2, instituída pela Lei Complementar 247, de 6 de abril de 1981, destinada à Seção de Transportes, da Divisão de Administração, da extinta Secretaria de Informação e Comunicações, então prevista no artigo 1.º do Decreto 14.330, de 29 de novembro de 1979.

Artigo 2.º — O valor do "pro labore" a ser pago ao servidor que desempenhou a função de serviço público de que trata esta resolução será fixado através de ato específico.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SG 182, de 11-9-84

Doação de materiais usados, declarados inservíveis pela Divisão Estadual de Material Excedente

O Secretário do Governo, nos termos do § 1.º, do artigo 1.º Decreto-lei 204, de 25 de março de 1970, resolve:

Artigo 1.º — Fica autorizada a doação ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, de materiais usados, pertencentes aos patrimônios de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material da Secretaria da Administração — CAM 945/84:

I — pertencentes à Secretaria da Saúde:
a) Coordenadoria de Assistência Hospitalar;
1 — Departamento de Hospitais Gerais e Especiais;
1.1 — CAM — 782/84 — Hospital Infantil da Zona Norte — ofício 55/84;

II — pertencentes à Secretaria da Segurança Pública;
a) Polícia Militar do Estado de São Paulo;
1 — CAM — 7/84 — CAM — 784/84 e CAM — 785/84 — Centro de Suprimento e Manutenção do Material de Intendência — ofícios 78/111/83 — 57/111/84 e 56/111/84;

III — pertencentes à Secretaria do Interior:
a) Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — CEPAM;
1 — CAM — 461/84 — ofício 2.406/84.

Artigo 2.º — A Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — CEPAM procederá a baixa patrimonial dos materiais a que alude a alínea "a", do inciso III, do artigo 1.º.

Artigo 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Contrato 000003/84

Locatário — Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.
Locadora — Maqlayor — Equipamentos para Escritório Ltda.
Objeto — Contrato 000003/84.
Valor — A despesa com a execução deste contrato está estimada em Cr\$ 3.000.000,00.
Finalidade — Locação de 6 máquinas de escrever elétrica de marca IBM — Modelo 82-C, para o prazo de 7 meses contados de 3 de setembro de 1984.
Código Local — 07-10-01 — Elemento 3.1.3.2-5.0 — Orçamento Vigente.
Data — 3 de setembro de 1984.
Vigência — 3 de setembro de 1984.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

VI CURSO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS PÚBLICAS

Comunicado

O Diretor Executivo da Fundação do Desenvolvimento Administrativo — FUNDAP comunica que até o dia 10 de outubro de 1984 estarão abertas, em sua sede, à Rua Alves Guimarães, 429, 2.º andar, telefone 881-5311, ramais 340/341, as inscrições para o VI Curso de Administração Financeira e Finanças Públicas, a ser realizado no período de 15 a 19 de outubro de 1984, de 2.ª a 6.ª feira, das 8h30m às 17h, perfazendo um total de 35 horas/aula.

O curso tem por objetivo aperfeiçoar o desempenho profissional dos participantes, partindo de sua experiência profissional na Administração Financeira do Estado. Destina-se a profissionais que atuam na área financeira do Estado.

Programa

- Planejamento Financeiro do Setor Público Estadual
 - Estágios da Receita
 - Principais Fontes da Receita
 - Metodologia de Previsão das Principais Fontes de Receita
 - Endividamento do Estado
 - Orçamento da Receita e Orçamento da Despesa
 - Programação Orçamentária das Despesas do Estado e das Despesas do Órgão
- Orçamento Real e a Lei Orçamentária
- Relatórios Orçamentários e Financeiros
- Margem Financeira
- Organização, Programação e Controle Financeiro
 - Organização
 - Estrutura Institucional: Os poderes, Órgãos de finanças, Fundações, Autarquias, Empresas. Código Institucional. Estrutura Fazendária.
 - Inter-relação entre Órgãos: Dependência Hierárquica. O grande sistema de liberações financeiras.
 - Programação
 - Órgão Central. Atrecadação. Pessoal e demais despesas. Vinculações.
 - Novas Programações Financeiras Mensais: Administração central, Fundações e autarquias, Empresas.
 - Fluxo Financeiro das Despesas
 - Restos a Pagar
 - Fundos Especiais de Despesa
 - Transferências Federais
 - Controle
 - Órgão Central. Controle orçamentário-financeiro. Índices inibidores. Índices de acompanhamento. Acompanhamento dos recursos dos Fundos Especiais de Despesa.
 - Órgãos Setoriais e Subsetoriais: Infra-estrutura para programação financeira mensal. Acompanhamento orçamentário-financeiro. Levantamento de índices. Utilização dos recursos do Fundo Especial de Despesa.
 - Sistemas Alternativos: Sistemas de outros Estados. Sistema paulista modificado.
- Finanças Públicas Estaduais